

ILUSTRÍSSIMO SENHOR EDUARDO SPODE VENTURINI.
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO.
MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO – RS.

Processo Administrativo nº 541/2019

Processo Licitatório nº 004/2019.

Convite nº 002/2019.

LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL LTDA. - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. 18.934.959/0001-60, com endereço na Rua Dr. Barcelos, nº 1.135, sala 303/A, Centro, Canoas (RS), por seu representante legal, não se conformando com a decisão que habilitou a empresa Magma Assessoria Ltda - EPP no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, ante V. Ex^a, no prazo a que alude o art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93 c/c os termos do item 7 do edital, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO, pelo seguinte:

I - APREENSÃO DO OBJETO LICITADO:

1. Pretende o MUNICÍPIO DE SANTANA DO LIVRAMENTO / RS , por meio do SISTEMA DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL – SISPREM, mediante licitação na modalidade convite, critério de julgamento “menor preço”, “a contratação de empresa para realização de estudo de viabilidade do RPPS para realização de segregação de massas junto à SPREV-ME, de acordo com o “OBJETO” e especificações apresentadas no instrumento convocatório e seus anexos.
2. Em data e local designados no edital, a empresa concorrente Magma Assessoria Ltda – EPP apresentou o envelope contendo os documentos para sua habilitação no certame, com o que, quando da análise acerca do cumprimento das exigências, restou habilitada pela Comissão de Licitação.
3. Daí, pois, com a devida vênia, o presente recurso, eis que – ao contrário do apreendido pela Comissão de Licitação – a recorrente entende que a empresa Magma Assessoria Ltda – EPP não atendeu todas as exigências do edital, especialmente no que tange à apresentação da documentação comprobatória exigida no item 3.1, da qualificação técnica, item “k” do Edital, qual seja: *“k) Atestado/Parecer emitido por órgão público, preferencialmente por Regimes Próprios de Previdência Social, no mínimo 02 (dois), onde conste o serviço de Segregação de Massas efetuado e devidamente aprovado pela Secretaria de Previdência Social conforme a legislação afeta.”*

II – PRESSUPOSTOS RECURSAIS:

4. Atende a recorrente os pressupostos para admissão do recurso, vez que presentes os requisitos legais a que alude MARÇAL JUSTEN FILHO, estando os subjetivos consubstanciados no interesse recursal e na legitimidade e os objetivos, aportados na existência do ato administrativo de cunho decisório, tempestividade, forma escrita, fundamentação e o pedido de nova decisão (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, Aide, 4ª ed. p. 501).

5. Deverá o recurso, pois, na forma a que alude o art. 109, § 2º da Lei de Licitações, ser recebido no duplo efeito, bem como comunicado aos demais concorrentes para, querendo, exercerem o inegável direito de impugnação (Lei 8.666/93, art. 109, § 3º).

III – DA REFORMA DA DECISÃO QUE HABILITOU A EMPRESA CONCORRENTE. PROVIMENTO DO RECURSO. INABILITAÇÃO:

6. Nos termos do instrumento convocatório, restou exigida a comprovação de qualificação técnica das licitantes, determinando a apresentação – dentre outros – do seguinte documento:

“3.1. k) Atestado/Parecer emitido por órgão público, preferencialmente por Regimes Próprios de Previdência Social, no mínimo 02 (dois), onde conste o serviço de Segregação de Massas efetuado e devidamente aprovado pela Secretaria de Previdência Social conforme a legislação afeta.”

7. Apresentados os documentos pelas licitantes, no que aqui interessa, entendeu a Comissão de Licitações pela habilitação da empresa Magma Assessoria Ltda – EPP, com base nos atestados de capacidade técnica apresentados pela referida empresa e que compõem o ANEXO I do presente.

8. Acontece, contudo, que um dos documentos apresentados pela empresa Magma Assessoria Ltda – EPP não atende, de forma cristalina, a determinação do edital em sua integralidade, porquanto restou indubitável que a referida empresa não comprovou as duas documentações que demonstrem que tenha participado como executora técnica de um processo de Segregação de Massas junto à Secretaria da Previdência Social, quanto mais uma aprovação à luz da legislação vigente.

9. Conforme se depreendem dos atestados de capacidade técnica trazidos pela empresa Magma Assessoria Ltda – EPP, o atestado referente ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de São João da Boa Vista – São João Prev, do Estado de São Paulo, traz o seguinte texto:

“Dados do Serviço: Assessoria Atuarial Mensal, Assessoria Técnica Atuarial no processo de elaboração/revisão da segregação da massa de servidores, devidamente aprovada pela Secretaria de Previdência Social (SPREV)”

10. Daí que, se faz necessária a pesquisa nos documentos correlatos, a fim de atestar que de fato tais serviços foram prestados, de modo a que o item 3.1., da qualificação técnica, item k) do Edital seja atendido de forma explícita e cristalina, eis que requer de forma clara que o atestado comprove que o serviço de aprovação de Segregação de Massas junto ao órgão de Previdência oficial tenha sido aprovado à luz da legislação vigente.

11. Aproveita-se para trazer à baila uma breve explanação acerca do que prevê a legislação vigente e qual foi a sua última modificação, no que se refere à Segregação de Massas.

12. Para os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, caso do SISPREM, do município de Santana do Livramento / RS, que estejam em déficit atuarial, a atual legislação prevê que a insuficiência deva ser saneada por meio da implementação de plano de amortização prevendo o pagamento seja por meio de alíquotas suplementares ou aportes periódicos, ambos suportados pelo Ente Federativo¹.

13. Nos casos em que não seja viável o estabelecimento do plano de amortização por meio das alternativas apresentadas nos artigos 18 e 19 da referida Portaria MPS nº 403/2008 (ANEXO II), será admitida a Segregação de Massas.

14. Depreende-se da análise da referida Portaria que a previsão da Segregação de Massas sempre existiu desde a promulgação da norma, mais especificamente nos artigos 20, 21 e 22.

15. Contudo, um importante marco no que se refere a este assunto foi trazido por meio da Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013, que inovou trazendo para o mercado a necessidade de se submeter toda e qualquer proposta de Segregação de Massas à aprovação do órgão de previdência, acompanhada de estudos técnico-atuariais, conforme previsão do artigo 20, §4^o da referida norma.

16. Ou seja, até a data de edição da Portaria MPS nº 21/2013, não eram necessários – porém sempre recomendados – estudos técnico-atuariais para que fosse aprovada uma Segregação de Massas junto ao órgão de previdência, uma vez que bastava implementar tal opção em lei por meio da aprovação na Casa Legislativa do Ente Federado, conforme redação original da Portaria MPS nº 403/2008.

17. Após, passou-se a se exigirem estudos técnico-atuariais bem como a chancela do órgão de previdência de que estes estudos atenderiam os princípios da economicidade e da eficiência na realocação dos recursos financeiros dos RPPS, sendo que tal chancela é comprovada por meio de Parecer emitido pelo órgão que pôde implementar a Segregação de Massas após a data de 16/01/2013, já sob a égide das novas regras.

¹ Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008 (ANEXO II), artigos 18 e 19.

² Portaria MPS nº 403/2008: Art. 20 § 4º A proposta de segregação da massa dos segurados do RPPS **deverá ser submetida à aprovação da SPPS**, acompanhada da avaliação atuarial e justificativa técnica apresentada pelo ente federativo.


18. Por fim, conforme preceitua o artigo 21 da Portaria nº 403/2008, “**A Segregação de Massas será considerada implementada a partir do seu estabelecimento em lei do ente federativo, (...).**”. Ou seja, o processo da Segregação de Massas não se encerra com a aprovação do órgão regulador, hoje, Secretaria de Previdência (SPREV), mas tão somente com a aprovação da legislação em âmbito local. Tal presunção é deveras óbvia, pois relevante processo de alteração da estruturação técnica de um RPPS – tal qual a Segregação de Massas, seja na sua implementação ou na sua revisão – carecerá da aprovação de todos os envolvidos, e certamente, neste processo de aprovação local, a atuação do profissional atuário é de suma relevância para que o processo como um todo se perfectibilize.

19. Assim sendo, com base na explicação acima e analisando a documentação apresentada pela empresa Magma Assessoria Ltda – EPP ora acostada no ANEXO I do presente recurso, manifestamente equivocada a decisão pela sua habilitação, eis que o atestado de capacidade técnica ofertado pela empresa, não obstante, em termos de conteúdo, esteja condizente com o solicitado explicitamente pelo edital, em pesquisa realizada não foi possível atestar que o serviço tenha sido de fato prestado, conforme documentações e explicações trazidas a seguir.

20. Outrossim, a fim de oferecer mais subsídios para esta r. Comissão de Licitações do Município de Santana do Livramento / RS, acostamos no ANEXO III o Demonstrativo de Resultados da Avaliação Atuarial (DRAA) 2019, referente ao exercício de 2018, do município de São João da Boa Vista / SP, protocolado no sistema CADPREV-web na data de 06/04/2019.

21. O DRAA é o documento gerado pelo atuário após a realização da Avaliação Atuarial e deve ser encaminhado à Secretaria de Previdência– SPREV, e contém um quadro justamente que demonstra quais os parâmetros e últimas alterações existentes caso haja Segregação de Massas.

22. Às páginas 5 e 6 de 52 do aludido DRAA 2019 do município de São João da Boa Vista / SP, depreende-se da composição dos quadros de “SEGREGAÇÃO DE MASSAS”, “CRITÉRIOS PARA COMPOSIÇÃO DO PLANO PREVIDENCIÁRIO”, “ATUÁRIO RESPONSÁVEL PELO PROJETO DE SEGREGAÇÃO” e “APROVAÇÃO PRÉVIA DO MPS” que a aprovação da Segregação de Massas se deu na data de **03/09/2012**.



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPIS
 SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
 DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Resumo:

Alíquota (%)	Tipo de Norma	Lei Complementar	Número da Norma	2145	Data da Norma	20/04/2007	Dispositivos da Norma	artigo 45
--------------	---------------	------------------	-----------------	------	---------------	------------	-----------------------	-----------

Administração do Plano:

Contrato com Recurso do MPIS	Alíquota (%)	2,00	Agente (R\$)	
------------------------------	--------------	------	--------------	--

Fundamento Legal:

Tipo de Norma	Lei Complementar	Número da Norma	2145	Data da Norma	20/04/2007	Dispositivos da Norma	artigo 16
---------------	------------------	-----------------	------	---------------	------------	-----------------------	-----------

Base de Cálculo da Taxa de Administração:

Base de Cálculo	Tipo de Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivos da Norma
Total das Pensões/Previdência dos Segurados Ativos, Aposentados e Pensionistas no Extinção Atual	Lei Complementar	2145	20/04/2007	artigo 16

Plano de Amortização do Déficit Atuarial:

Processo/Plano de Amortização para Equacionamento do Déficit Atuarial Implementado em (art. 16)

Fundamento Legal:

Tipo de Norma	Número da Norma	Data da Norma	Dispositivos da Norma
---------------	-----------------	---------------	-----------------------

Plano de Amortização:

Base	Alíquota (%)	Agente Anual (R\$)
------	--------------	--------------------

Segregação de Risco:

Página 5 de 52
 03/10/2019 23:34:17



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - MPIS
 SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - SPPS
 DEPARTAMENTO DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA NO SERVIÇO PÚBLICO - DRPSP

DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL - DRAA

Fundamento Legal:

Tipo de Norma	Lei Complementar	Número da Norma	2145	Data da Norma	20/04/2007	Dispositivos da Norma	artigo 1
---------------	------------------	-----------------	------	---------------	------------	-----------------------	----------

Critérios para Composição do Plano Previdenciário:

Data de Ingresso no Segurado (Data de Corte)	21/03/2012	Módulo de Segurado	Condição do Segurado	Aposentado
--	------------	--------------------	----------------------	------------

Outros:

Módulo Responsável pelo Projeto de Segregação:

Nome	RICHARD DUTRA SILVA
Número de Registro Profissional	635

Aprovação pelo MPIS:

Tipo de Documento	anexo e integralidade	Número do Documento	00001	Data do Documento	03/09/2012
-------------------	-----------------------	---------------------	-------	-------------------	------------

Plano de Benefícios:

Benefício	Tipo de Norma	Número da Norma	Dispositivos da Norma	Data da Norma
Aposentadoria Por Invalidez Permanente	Lei Complementar	2145	ARTIGO 57	20/04/2007
Aposentadoria Programada (Por Idade, Tempo de Contribuição e Contribuinte)	Lei Complementar	2145	ARTIGO 58, 59 E 61	20/04/2007
Pensão Por Morte de Segurado em Atividade	Lei Complementar	2145	ARTIGO 66 AO 76	20/04/2007
Pensão Por Morte de Aposentado Voluntário no Contribuinte	Lei Complementar	2145	ARTIGO 66 AO 76	20/04/2007
Pensão Por Morte de Aposentado por Invalidez	Lei Complementar	2145	ARTIGO 66 AO 76	20/04/2007
Salário Família	Lei Complementar	2145	ARTIGO 65 AO 68	20/04/2007
Aposentadoria Especial - Professor - Educação Infantil e Ensino Fundamental e Médio	Lei Complementar	2145	art 61	20/04/2007

Página 6 de 52
 03/10/2019 23:34:17

23. Ademais, corroborando novamente com todo o exposto, informamos o que está previsto no próprio “Manual de Preenchimento do DRAA – Instruções de Preenchimento a partir de 2017 – Brasília/DF, de 03 de março de 2017”, que pode ser acessado por meio do link <http://sa.previdencia.gov.br/site/2017/03/Manual-do-DRAA-Desktop-A-partir-de-2017-03-03-17.pdf>, mais especificamente à página 42 (ANEXO IV):

Atuário Responsável pelo Projeto de Segregação

Nome: Informar o nome completo do Atuário Responsável pelo Projeto de Segregação da Massa, que foi instituída ou revisada por meio da norma identificada no Fundamento Legal.

Número de Registro Profissional: Informar o número do registro profissional do Atuário no Ministério do Trabalho e Emprego, responsável pelo Projeto de Segregação da Massa, que foi instituída ou revisada por meio da norma identificada no Fundamento Legal.

Aprovação prévia do MPS

Conforme art. 20, § 4º da Portaria MPS nº 403/2008:

“§ 4º A proposta de segregação da massa dos segurados do RPPS deverá ser submetida à aprovação da SPPS, acompanhada da avaliação atuarial e justificativa técnica apresentada pelo ente federativo. (Incluído pela Portaria MPS nº 21, de 16/01/2013)”

Tipo de Documento: Informar o tipo do documento do MPS que aprovou o projeto de instituição ou revisão da Segregação da Massa.

Número do Documento: Informar o número do documento do MPS que aprovou o projeto de instituição ou revisão da Segregação da Massa.

Data do Documento: Informar a data (dd/mm/aaaa) do documento do MPS que aprovou o projeto de instituição ou revisão da Segregação da Massa, selecionando no calendário disponibilizado.

42

24. Ora, explícito e imperativo, pois, que após a referência da nova legislação já trazida no presente recurso – Portaria MPS nº 403/2008, artigo 20, §4º, cuja redação fora trazida pela Portaria MPS nº 21/2013 – no próprio Manual de Preenchimento do DRAA impõe que os campos “Tipo de Documento” / “Número de Documento” e “Data do Documento” tragam informações relativas ao Parecer de Aprovação oriundo do Ministério da Previdência Social (MPS), conforme ali previsto.

25. Para fins comparativos, analisemos as informações preenchidas no aludido DRAA 2019 do São João Prev:

Tipo de Documento: anterior a obrigatoriedade

Número do Documento: 000001

Data do Documento: 03/09/2012

26. Não conformados apenas com a pesquisa referente ao último DRAA oficialmente encaminhado à SPREV, procedeu-se à pesquisa no site oficial da Câmara Municipal de São João da Boa Vista (<https://www.saojoaodoboavista.sp.leg.br/links-auxiliares/legislacao-municipal>), buscando a referida Lei Complementar nº 3.180/2012, de 03/09/2012, referendada no DRAA 2019 como sendo a lei que aprovou a Segregação de Massas. Eis o resultado:

Legislação Municipal

pesquisar Norma Jurídica

Pesquisa Textual Fazer nova pesquisa

Pesquisa concluída com sucesso! Foi encontrada 1 norma.

Tipo	Número	Ano	Data	Ementa	Relacionamentos
Lei Complementar	3100	2012	3 de Setembro de 2012	DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NO PLANO DE CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA – IPSJBV E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	Norma correlata Lei Ordinária nº 1133 de 21 de Junho de 2003 Norma correlata Lei Complementar nº 2146 de 25 de Setembro de 2007 Alterado(a) pelo(a) Lei Complementar nº 191 de 20 de Setembro de 2012

Plano Diretor
 São João da Boa Vista

Acesso à Informação

facebook
 Veja fotos e vídeos por dentro do trabalho da Câmara

YouTube
 Veja as sessões ordinárias, 2018-2019

TV CÂMARA
 São João da Boa Vista

Públicas e secretas

Fidelidade Guarani
 05/10/2019 20:00 (Brasília) – Câmara Mogi Guaçu

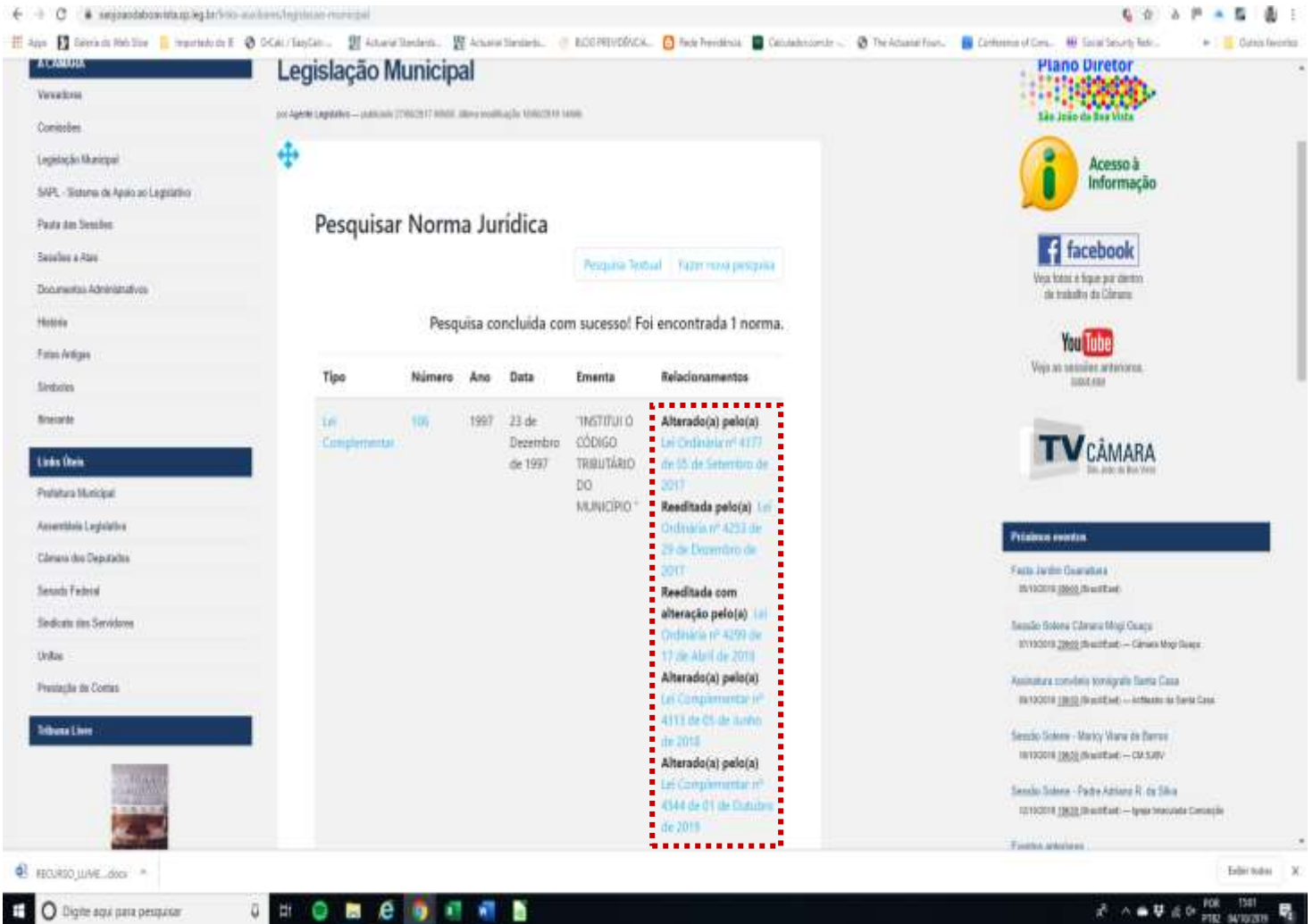
Sessão Sessão Câmara Mogi Guaçu
 07/10/2019 20:00 (Brasília) – Câmara Mogi Guaçu

Atividade sessão legislativa Santa Casa
 08/10/2019 20:00 (Brasília) – Assembleia do Santa Casa

Sessão Sessão - Mônica Maria de Barros
 10/10/2019 20:00 (Brasília) – 13ª Sessão

27. Depreende-se que o campo Relacionamentos, item “Alterado(a) pelo(a):” consta apenas a referência à Lei Complementar nº 3.191, de 20 de Setembro de 2012, ou seja, lei anterior às novas exigências trazidas pelo antigo Ministério da Previdência Social – MPS – 16/01/2013, conforme já demonstrado anteriormente.

28. Por fim, em pesquisa análoga e aleatória, eis o resultado da Lei Complementar nº 106/1997, de 23/12/1997:



Legislação Municipal

por Agente Legislativo — publicado 27/06/2017 09:06, última modificação: 10/06/2018 14:06

Pesquisar Norma Jurídica

Pesquisa concluída com sucesso! Foi encontrada 1 norma.

Tipo	Número	Ano	Data	Ementa	Relacionamentos
Lei Complementar	106	1997	23 de Dezembro de 1997	INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO	<p>Alterado(a) pelo(a) Lei Ordinária nº 4177 de 05 de Setembro de 2017</p> <p>Reeditada pelo(a) Lei Ordinária nº 4253 de 29 de Dezembro de 2017</p> <p>Reeditada com alteração pelo(a) Lei Ordinária nº 4299 de 17 de Abril de 2018</p> <p>Alterado(a) pelo(a) Lei Complementar nº 4113 de 05 de Junho de 2018</p> <p>Alterado(a) pelo(a) Lei Complementar nº 4344 de 01 de Outubro de 2018</p>

Próximos eventos

- Festa Junina Guarulhos 05/10/2018 (08:00) (Reeditado)
- Sessão Solene Câmara Magi Guape 07/10/2018 (08:00) (Reeditado) — Câmara Magi Guape
- Assinatura convênio hospitalar Santa Casa 08/10/2018 (08:00) (Reeditado) — Assinatura da Santa Casa
- Sessão Solene - Marky Viana de Barros 08/10/2018 (08:00) (Reeditado) — CM-SUBV
- Sessão Solene - Padre Adilson R. de Silva 02/10/2018 (08:00) (Reeditado) — Igreja Imaculada Conceição

29. A mesma análise anteriormente feita, no campo Relacionamentos, campo “Alterado(a) pelo(a):” depreende-se, nesta Lei, que houve alterações mais recentes e que constam do site da Casa Legislativa do Município de São João da Boa Vista, diferentemente da Lei Complementar nº 3.180/2012.

30. Resta, portanto, cabalmente atestado que a informação contida no DRAA 2019 relativa à Segregação de Massas não é de documentação emitida pelo antigo MPS, atual SPREV, eis, inclusive, que consta o texto **“anterior a obrigatoriedade”**.

31. Restam, portanto, inequívocas, as razões pelas quais a empresa Magma Assessoria Ltda – EPP deva ser inabilitada do certame: primus, em razão de que o Atestado de Capacidade Técnica trazido para fins comprobatórios não atendeu ao exigido pelo Edital, e, secundus, que a análise conjunta do Atestado de Capacidade Técnica do órgão que atestou o serviço prestado pela empresa, com o DRAA, o site da Casa Legislativa do Município e o próprio Manual de Preenchimento do DRAA, pelos motivos já amplamente expostos, corrobora com a afirmação de que tal atestado não atende – de forma cabal – ao requerido pelo Edital.

32. Ou seja, o Atestado de Capacidade Técnica trazido não se coaduna com o requerido no Edital, pois a pesquisa realizada não localizou prova de que o houve, por parte do atuário responsável da Magma Assessoria Ltda. – EPP aprovação de estudo da revisão de Segregação de Massas existente do São João Prev bem como não localizou legislação municipal que tenha alterado a legislação de aprovação inicial da referida Segregação de Massas, sendo a aprovação da legislação local a exigência fim para que o processo seja formalmente finalizado, conforme preceitua a norma já transcrita, em conformidade com a exigência constante do item 3.1., da qualificação técnica, item k) do Edital de licitação ora em comento.

33. Em conclusão, impõe-se, por direito e justiça, a reforma da decisão que declarou a empresa Magma Assessoria Ltda – EPP habilitada no certame.

DIANTE DO EXPOSTO, requer se digne essa ilustrada autoridade em receber o recurso administrativo, processando-o em todos os seus termos para que, ao final, seja acolhido para reformar a decisão que habilitou a empresa Magma Assessoria Ltda – EPP com a declaração de sua consequente inabilitação junto ao certame e prosseguimento do procedimento.

Ad cautelam, requer, em assim não entendendo, seja deferida imediatamente a cópia integral do procedimento, fins de viabilizar o acesso ao Poder Judiciário para garantia do edital, da lei, do interesse público e da própria recorrente, por ser de direito e justiça!

Compõem o presente Recurso os anexos abaixo descritos:

ANEXO I: Atestado de Capacidade Técnica, trazido pela Magma Assessoria Ltda – EPP;

ANEXO II: Portaria MPS nº 403/2008, de 10/12/2008;

ANEXO III: DRAA 2019 do São João Prev; e

ANEXO IV: Manual do DRAA disponibilizado pela Secretaria de Previdência, na parte referente à Segregação de Massas.

Canoas (RS), 04 de outubro de 2019.

GUILHERME THADEU LORENZI WALTER
SÓCIO PROPRIETÁRIO
LUMENS ASSESSORIA E CONSULTORIA ATUARIAL